



E_ Anexo às Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO & CONTAS

ECALMA, EM. SA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 986/2009, de 7 de Dezembro – Série I – n.º 173)

NOTA INTRODUTÓRIA

A ECALMA- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM.SA iniciou a sua atividade em 2004, tem sede na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense 5/7, em Almada. A Empresa é pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal. A ECALMA é detida a 100% pelo Município de Almada (CMA) com sede na Rua Trigueiros Martel, n.º 1, 2800-213 Almada, o capital social é de 250 000€ encontrando-se realizado na totalidade.

A atividade principal é a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície; a fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar e a gestão do Sistema de Mobilidade Inclusiva “Flexibus”. Acessoriamente compete, também, à empresa a identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no Código da Estrada, incluindo os designados veículos em fim de vida - VFV’s .

As demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriadas as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo disposição em contrário.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da ECALMA foram preparadas de acordo com referencial do SNC (Sistema de Normalização Contabilística) que integra as NCRF (Normas Contabilísticas de Relato Financeiro) e as NI (Normas Interpretativas), adaptadas pela CNC (Comissão de Normalização Contabilística).

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF. Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da empresa baseou-se no conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

Nas notas a cada uma das contas, foram incluídas explicações sobre as bases de mensuração utilizadas nas demonstrações financeiras.

A)

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida) deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização do bem, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	ANOS DE VIDA ÚTIL
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	8 a 12
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos	4 a 8

As despesas de manutenção e reparação destes ativos são registadas como gastos no período em que ocorrem.

Nos ativos fixos tangíveis em curso estão refletidas obras em curso de requalificação da sede.

B)

LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem substancialmente transferidos os riscos e vantagens inerentes à posse, caso contrário, são classificados como locações operacionais, de acordo com a substância do contrato. As respetivas rendas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

C)

SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são reconhecidos na rubrica Outras variações no Capital Próprio e imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios relacionados com o rendimento, isto é, subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos no ano.

D)

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A ECALMA encontra-se sujeita a imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 23% sobre a matéria coletável. Ao valor da coleta de IRC assim apurado acresce tributações autónomas sobre encargos às taxas previstas no artigo 88º do Código IRC. No apuramento da matéria coletável são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente.

Procede-se ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos. Os

impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data de balanço, e que se estima que seja aplicável na data de realização dos impostos diferidos ativos ou na data de pagamentos dos impostos diferidos passivos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

E)

CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estas rubricas constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da empresa, são reconhecidos pelo seu valor nominal, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

F)

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Os montantes incluídos nesta rubrica incluem caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis.

G)

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A ECALMA é Interveniante Principal de uma Ação Judicial, em curso à data, cujo Autor é o condomínio de um prédio onde se situa o Parque de Estacionamento da Capitão Leitão (explorado pela Empresa) e a Ré, a Câmara Municipal de Almada (CMA), proprietária de algumas frações do imóvel.

Tendo adquirido uma fração por Contrato de Permuta, a CMA efetuou obras de vulto transformando os três pisos, destinados a arrecadações, e um quarto piso, destinado a garagem, num parque de estacionamento subterrâneo, mexendo nas vigas, pilares e lajes e ligando o prédio ao prédio contíguo, de acordo com a tese do autor. A CMA considera que deu cumprimento a todas as disposições legais e regulamentares, pelo que para a CMA a tese do autor não tem fundamento.

O processo teve início em 24/06/2012, no entanto, a ECALMA só foi chamada a intervir no processo em Maio de 2013.

O Conselho de Administração da empresa entende, de acordo com o parecer da Advogada da Empresa, que não haverá lugar ao pagamento de qualquer quantia por parte da ECALMA devido a este processo. Contudo, a eventual condenação da CMA, representará para a Empresa a cessação de lucros resultantes da exploração do referido Parque de Estacionamento.

H)

FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao valor nominal.

I)

RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido pelo seu justo valor, líquido de impostos, abatimentos e

descontos. A Empresa reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado razoavelmente mensurável ate que todas as contingências relativas a uma venda sejam substancialmente resolvidas.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação de serviços.

O rédito referente aos autos enviados para a Autoridade Nacional Rodoviária apenas são reconhecidos no momento em que são validados por esta entidade reguladora.

As receitas e despesas são registadas de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outras contas a receber” e em “Outras contas a pagar”.

J)

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação financeira da AGENEAL – Agência Municipal de Energia detida pela ECALMA é mensurada ao custo de aquisição.

L)

BENEFÍCIOS DOS COLABORADORES

Os benefícios dos colaboradores, a curto prazo, são reconhecidos como gasto no período. Os gastos, a curto prazo, incluem salários, ordenados, contribuições para a segurança social e benefícios não monetários (seguros de saúde, estomatologia e vida). O seguro de saúde inclui benefícios proporcionados quer aos empregados quer aos seus dependentes e cônjuges e podem ser liquidados por pagamentos feitos diretamente pelos empregados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vencem-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano seguinte, pelo que os gastos (parciais) correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa e/ou do colaborador, ou, ainda, por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

1. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria de curto prazo equivalentes. Todos os valores se encontram disponíveis para uso.

A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

	em Euros	
	31-12-2014	31-12-2013
Caixa	15.606,39	28.365,14
Depósitos bancários	88.478,60	166.632,94
	104.084,99	194.998,08

2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2014 e em 31/12/2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

em Euros									
Activo Bruto									
	Saldo em 1. jan.2013	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31.dez.2013	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31.dez.2014
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	178.529,73	246,00			178.775,73				178.775,73
Equipamento básico	872.480,04	33.390,00		13.860,00	919.730,04	3.420,50		27.962,84	951.113,38
Equipamento de transporte	76.660,47				76.660,47	2.628,66			79.289,13
Equipamento administrativo	162.517,98	8.834,88			171.352,86	9.124,99	(5.080,00)		175.397,85
Activos fixos tangíveis em curso	55.290,14			(13.860,00)	41.430,14			(27.962,84)	13.467,30
Outros activos fixos tangíveis	10.748,07	1.950,00			12.698,07	1.853,66			14.551,73
	1.356.226,43	44.420,88	-	-	1.400.647,31	17.027,81	(5.080,00)	-	1.412.595,12

Depreciações Acumuladas									
	Saldo em 1. jan.2013	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31.dez.2013	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31.dez.2014
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	83.187,06	17.791,53			100.978,59	26.220,60		(2.789,92)	124.409,27
Equipamento básico	496.966,35	99.943,91		(9.040,98)	587.869,28	100.705,22		(3.688,70)	684.885,80
Equipamento de transporte	66.300,42	7.809,72			74.110,14	1.972,37			76.082,51
Equipamento administrativo	149.831,27	9.373,23		(2.217,56)	156.986,94	9.223,86		(5.707,90)	160.502,90
Outros activos fixos tangíveis	10.070,33	464,76			10.535,09	869,40			11.404,49
	806.355,43	135.383,15	-	(11.258,54)	930.480,04	138.991,45	-	(12.186,52)	1.057.284,97

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2014 é de 355 310,15€.

3. LOCAÇÕES

O contrato de locação financeira em vigor respeita a locação de viatura.

em Euros				
Ativos em Locação Financeira				
	31-12-2014	Depreciações		
		Valor Bruto	Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento de transporte – Viatura Ligeira passageiros 48-LE-37		19.220,84	19.220,84	0,00
		Capital em Dívida		
Pagamentos até 1 anos		103,91		

4. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2014 e em 31/12/2013 é detalhado conforme se segue:

		em Euros	
		2014	2013
		<u>Valor reconhecido</u>	<u>Valor reconhecido</u>
Venda de bens		64.426,21	55.137,56
	Veiculos em fim de vida	64.426,21	55.137,56
Prestação de serviços		1.124.660,07	1.231.146,27
	Parquímetros/Parques	630.787,84	669.686,30
	Fiscalização	491.210,84	558.032,85
	Flexibus	2.661,39	3.427,12
Juros		109,10	195,08
	Juros de depositos	109,10	195,08
Subs Exploração		222.000,00	218.062,17
	Parques CMA	154.500,00	158.686,98
	Flexibus	62.000,00	59.375,19
	Parque Av Afonso Henriques	5.500,00	-
		1.411.195,38	1.504.541,08

5. SUBSÍDIOS

A rubrica de subsídios é detalhada da seguinte forma:

		em Euros					
		Balço		Demonstração de resultados			
		Capital próprio		Imputação de subsídios		Subsídios à exploração	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
Subsídios relacionados com activos		176.163,85	251.698,14	105.060,92	103.510,25	-	-
	Subs P/ Investimentos	176.163,85	251.698,14	105.060,92	103.510,25		
Subsídios à exploração		-	-	-	-	222.000,00	218.062,17
	Parques CMA					154.500,00	158.686,98
	Flexibus					62.000,00	59.375,19
	Parque Av Af Henriques					5.500,00	
		176.163,85	251.698,14	105.060,92	103.510,25	222.000,00	218.062,17

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros:

		em Euros	
Cientes		2014	2013
Cientes Correntes			
	SalDOS não vencidos	21.749,84	10.315,71

Outras Contas a Receber		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outros Devedores	3.418,82	3.260,71
Assessores e consultores diversos	567,33	540,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	400,00	6.200,17
	<u>4.386,15</u>	<u>10.000,88</u>
Diferimentos		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gastos a reconhecer (inclui gastos de seguros e contratos de assistência técnica)	16.951,40	19.774,46
Rendimentos a reconhecer		
Parques (avenças vendidas p/ utilização em 2015)	12.665,02	14.108,87
Fornecedores		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores, Conta Corrente	25.620,03	43.892,23
Estado e Outros Entes Públicos		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo		
IRC – PPC e PEC	15.713,76	14.827,00
IRC – Ret Fonte	27,27	-
	<u>15.741,03</u>	<u>14.827,00</u>
Passivo		
IRC - A Pagar	3.616,38	2.962,41
Retenção imposto s/ rend.	4.715,00	5.325,63
IVA - A Pagar	4.318,64	6.149,88
Contribuição p/ Seg. Social	18.060,44	19.605,67
	<u>30.710,46</u>	<u>34.043,59</u>
Outras Contas a Pagar		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Não Correntes		
Fornecedores de investimentos	-	396,69
	-	<u>396,69</u>
Corrente		
Fornecedores de investimentos	6.501,91	5.817,25
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	12.085,48	-
Outros Credores	16.560,91	28.665,73
	<u>35.148,30</u>	<u>34.482,98</u>
	<u>35.148,30</u>	<u>34.879,67</u>

7. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2014 o capital da empresa integralmente realizado, é de 250 mil euros, detido na sua totalidade pelo Município de Almada e encontra-se representado por 250 mil ações com o valor unitário de um euro.

Os estatutos da Ecalma estabelecem na alínea a) do artigo 29º, que, no mínimo, 10% do resultado anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

Nos períodos de 2014 e 2013, o capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	em Euros	
	2014	2013
Capital realizado	250.000,00	250.000,00
Reservas Legais	345,86	45,86
Outras reservas	5.407,20	-
Resultados transitados	871,20	871,20
Outras variações no capital próprio	176.163,85	251.698,14
Resultado líquido do exercício	(74.018,37)	5.707,20
	358.769,74	508.322,40

Na rubrica “outras variações no capital próprio” estão incluídos valores que se relacionam com subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos. Representando o valor de 56 307,61€ e 85 834,24€, nos períodos de 2014 e de 2013 respetivamente, redução justificada por via das amortizações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

	em Euros	
	2014	2013
Serviços especializados	134.323,20	112.487,50
Materiais	21.644,64	32.002,80
Energia e fluidos	68.726,12	74.499,69
Deslocações, estadas e transp.	430,03	428,36
Serviços diversos	185.959,90	192.075,16
	411.083,89	411.493,51

9. GASTOS COM PESSOAL

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração de resultados são exclusivamente de curto prazo.

O número medio de colaboradores da Empresa no exercício de 2014 foi de 70 e no exercício de 2013 de 72, esta redução deve-se ao absentismo, bem como à rescisão de contratos de trabalho por iniciativa do trabalhador.

O decréscimo nos gastos com pessoal deve-se, no que concerne a remunerações, ao absentismo. O valor de seguro de acidentes de trabalho foi renegociado.

	em Euros	
	2014	2013
Remunerações Órgãos Sociais	39.030,26	38.741,31
Remunerações do pessoal	773.469,71	794.336,96
Encargos sobre Remunerações	174.814,61	179.891,81
Seguro Acidentes Trabalho	6.928,72	11.531,53
Outros gastos com Pessoal	34.621,91	34.481,49
	1.028.865,21	1.058.983,10

Descrição	2014	2013
Benefício de curto prazo (*)	1.014.705,06	1.044.175,10
Outros benefícios (**)	14.160,15	14.808,00
	1.028.865,21	1.058.983,10

(*) inclui remunerações Órgãos Sociais e Pessoal, encargos, gastos ação social, fardamento, formação, serviços SHST

(**) Seguro de vida e saúde

10. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios de 2014 e 2013, teve a seguinte decomposição:

	em Euros	
	2014	2013
Descontos pp obtidos	220,00	-
Outros rendimentos e ganhos	113.348,99	109.889,93
	113.568,99	109.889,93

Na rubrica “outros rendimentos e ganhos” estão incluídos valores que se relacionam com imputação de subsídios para investimento no valor de 105 060,92€ e 103 510,25€, nos períodos de 2014 e de 2013 respetivamente, por via das amortizações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada. Ainda se incluem, nesta rubrica, no exercício de 2014, valores de correções a exercícios anteriores relativas a regularizações de amortizações de ativos fixos tangíveis no montante de 6 707,96€.

11. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica “Outros gastos e perdas” nos exercícios de 2014 e 2013, tinha a seguinte decomposição:

	em Euros	
	2014	2013
Impostos	876,94	746,62
Outros gastos e perdas	15.665,47	10.187,60
	16.542,41	10.934,22

Na rubrica “outros gastos e perdas” estão incluídos valores de correções de exercícios anteriores, comissões e outras despesas. O aumento no valor relativamente ao exercício anterior deve-se basicamente a valores de seguros e aumento nos valores de comissões sobre transações em terminal de pagamento automático.

12. GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

	em Euros	
	2014	2013
Activos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	17.850,92	17.791,53
Equipamento básico	108.676,34	90.902,93
Equipamento de transporte	1.972,37	7.809,72
Equipamento administrativo	9.223,86	7.155,67
Outros activos fixos tangíveis	869,40	464,76
	138.592,89	124.124,61

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” é como se segue:

	em Euros	
	2014	2013
Imposto corrente	3.616,38	2.962,41

Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos

	2014	2013
Resultados Antes de Impostos	(70.401,99)	8.669,61
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	397,80	1.023,71
Multas, coimas, juros compensatórios	1.091,30	
Outros acréscimos ao rendimento tributável	40,00	
Restituição impostos não dedutíveis/excesso de estimativa para impostos	(1.211,55)	(1.238,13)
Lucro Tributável	(70.084,44)	8.455,19
Reporte de prejuizos fiscais		6.341,39
Matéria Coletavel	(70.084,44)	2.113,80
Impostos à taxa de 25%		528,45
Tributação Autónoma	3.564,99	2.299,03
Outros	51,39	134,93
IRC estimado para o exercício	3.616,38	2.962,41

14. PARTES RELACIONADAS

A ECALMA é detida em 100% pela entidade Câmara Municipal de Almada, estando esta obrigada a apresentação de contas consolidadas (CMA/ECALMA/SMAS).

A Ecalma é detentora de 0.38% (997,60€) de participação no património associativo nominal da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada.

Durante o exercício de 2014, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas – Câmara Municipal de Almada, detentora da totalidade do capital social – respeitam, essencialmente, à atividade operacional. As transações mais significativas efetuadas com esta entidade referem-se a Subsídios à Exploração.

Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, as transações realizadas referem-se a consumos de água nos Parques de Estacionamento.

	2014	2013
Transações		
SMAS		
. Abastecimento de Água	2.449,75	5.344,89
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração	222.000,00	218.062,17
. Venda de títulos Flexibus	21,00	5,00

	2014	2013
Saldos		
SMAS		
. Abastecimento de Água	126,82	2.644,59
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração	400,00	6.200,00
. Venda de títulos Flexibus	6,00	5,00

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e as partes relacionadas são idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre as entidades independentes em operações comparáveis.

Remunerações do pessoal chave da gestão

	2014	2013
Conselho de Administração		
Administrador Executivo (*)	39.030,26	38.741,31

(*) verba relevada e Gastos com Pessoal. O Conselho de Administração é constituído por três elementos sendo, apenas, um deles remunerado.

15. OUTRAS DIVULGAÇÕES

. SITUAÇÃO CONTRIBUTARIA E CONTRIBUTIVA

A ECALMA tem a sua situação tributária e contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, respetivamente.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

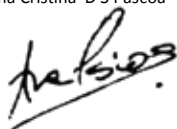
Na presente data, o Conselho de Administração não tem conhecimento de fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2014 que justifiquem ajustamentos ou divulgações nestas demonstrações financeiras.

17. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2015, sendo posteriormente remetidas ao Município de Almada para aprovação pela Assembleia Geral nos termos da legislação comercial em vigor.

O Técnico Oficial de Contas

Ana Cristina D S Páscoa



O Conselho de Administração



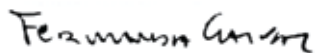
Rui Jorge P S Martins

(Presidente do Conselho de Administração)



Maria do Carmo M Borges

(Vogal Não Executiva do Conselho de Administração)



Fernanda N O Gaspar

(Vogal Executiva do Conselho de Administração)